

4468

Lucio Flavio Pinto

Carta burocrática (3)

Até o final deste século, o governo planeja construir no Xingu a maior hidrelétrica do mundo, com potencial quase 20% superior ao de Itaipu. Até que este sonho aparentemente delirante se concretize, outras usinas já estarão em funcionamento na Amazônia: Tucuruí, Balbina, Samuel, São Félix, Cachoeira Porteira e, talvez, Marabá. A região estará funcionando como o mais importante centro de geração e transferência de energia do país.

A exceção de Balbina e Samuel, as usinas projetadas ou em andamento serão de médio e grande porte, com capacidade sempre acima de um milhão de kw. Seu objetivo básico não será, exceto nos dois casos já ressaltados, o abastecimento local de energia: o produto será levado por grandes distâncias para centros consumidores expressivos.

A consequência invariável desses empreendimentos será o forte impacto ambiental, sem falar, evidentemente, no aspecto econômico da destinação da energia e o retorno que ela vai induzir. Tucuruí, assim, é o grande laboratório para o futuro. Nesse projeto foram cometidos erros que não mais poderão ser repetidos e surgirão questões que, a partir de agora, precisam ser discutidas ampla, profunda e oportunamente.

Solidifica-se a convicção de que o custo das obras de transposição deve ser embutido no investimento total, como parte inseparável e vital. A dissociação foi a causa da inviabilização das eclusas de Tucuruí, um crime pelo qual ainda pagaremos muito caro. Se necessário, o governo outorgará concessão específica para a empresa de energia elétrica explorar as eclusas, mas deve-se obrigar o construtor da represa a providenciar a transposição pela navegação.

A exploração econômica da cobertura vegetal e sua remoção também devem ser tarefas do construtor da hidrelétrica. Quando muito, ele fará convênio com os órgãos competentes do setor florestal para orientar as atividades, mas a responsabilidade será da empresa de eletricidade.

No caso de obra realizada em território amazônico, onde há florestas densas, deve ser exigido o estudo ambiental prévio, não apenas na área do reservatório, como a jusante. Deve-se também desestimular a contratação de um único consultor, distribuindo os estudos por várias instituições, principalmente as regionais. Os documentos deverão ser considerados públicos e seu acesso franqueado aos interessados, sempre que se tratar de tema científico ou técnico.

Todos esses pontos foram levantados pela imprensa paraense. Quando começou a cobertura da construção de Tucuruí, tanto os jornalistas como a opinião pública possuíam um conhecimento extremamente superficial so-

bre as complexas e às vezes sutis repercussões de uma hidrelétrica. Prevalcia a presunção de que ela se reduzia a uma construção civil. A Eletronorte pouquíssimo fez para eliminar esta visão equivocada: pelo contrário, a preocupação era manter o interesse sob absoluto controle, de tal modo que ele não interferisse sobre a condução da obra. Ela era considerada um assunto restrito dos engenheiros.

Hoje, o leitor de jornais sabe que o represamento de um rio, especialmente de um rio de porte amazônico, é um fato de grande amplitude. Esta percepção foi construída com enorme esforço: a Eletronorte simplesmente impediu o acesso aos documentos, inclusive estudos científicos, mantendo-se em silêncio até o momento em que o aprofundamento da discussão pelo jornal, atraindo o interesse da comunidade acadêmica, obrigou-a a sair da posição cômoda.

Pessoas com um pouco mais de discernimento certamente concluirão, hoje e no futuro (quando o arquivo de O LIBERAL será uma indispensável fonte de consulta para a reconstituição da história de Tucuruí), que não se tratou apenas de toco "blá-blá-blá" ou do exercício descomprometido e irresponsável da crítica.

Não houve predisposição contra a obra, nem contra a empresa. Exerceu-se o direito de crítica na busca do esclarecimento. Em alguns momentos as colocações feitas favoreciam a Eletronorte, como em relação aos agrotóxicos: tenho comigo um telex do assistente da presidência da empresa, Maurício Esteves Coelho, elogiando um longo artigo que escrevi sobre o assunto. No artigo, mostrava que não havia risco efetivo de envenenamento da água do lago pelos resíduos químicos aplicados na área porque o produto mais perigoso estava "armazenado" (melhor seria dizer abandonado) fora do reservatório. Se satisfez a Eletronorte, este artigo desagradou pessoas que, em relação a outras questões, estavam identificadas conosco. Uma delas chegou a me dizer que eu não deveria ter escrito aquele artigo justamente no momento em que, nacionalmente, se denunciava a contaminação da área do futuro lago. "Vai nos prejudicar", reclamou.

Paciência. O objetivo de um jornalista é a verdade. Se a apurou, deve imediatamente divulgá-la, qualquer que seja a sua serventia. Não importa que num momento ela coincida com os interesses de xis. Sabemos que, depois, xis poderá ser contrariado e y ficará satisfeito. Mas os homens passam, mesmo os que, como os medievais, antes da revolução de Giordano Bruno e Galileu, julgavam-se o centro do universo. Só a verdade empurra a história e faz os homens avançarem, atropelando as múmias perdidas pelo meio do caminho.